

PROCESSO TRT RO-00420-2007-009-18-00-0

RELATORA: DES^a IALBA-LUZA GUIMARÃES DE MELLO

REVISORA: JUÍZA WANDA LÚCIA RAMOS DA SILVA

RECORRENTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EDIFÍCIOS DE GOIÂNIA - SEEG

ADVOGADO(S): FERNANDO PESSOA DA NÓBREGA

RECORRIDO(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADOR(A): JANILDA GUIMARÃES DE LIMA COLLO

ORIGEM: 9^a VT DE GOIÂNIA

JUÍZA: ANA LÚCIA CICCONE DE FARIA

Disponibilização: DJ Eletrônico Ano II, Nº 33, de 25.02.2008, pág. 8.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL E CONFEDERATIVA. EXTENSÃO A NÃO ASSOCIADOS. ILEGALIDADE. Nos termos do Precedente Normativo nº 119 e da OJSDC 17 do col. TST, viola o princípio constitucional de liberdade de associação e sindicalização a cláusula coletiva que estabeleça contribuição em favor de entidade sindical obrigando trabalhadores não sindicalizados. Mantenho a sentença que condenou os réus na ação civil pública em obrigação de abster-se de inserir em acordos e/ou convenções coletivas, cláusulas que estipulem desconto de contribuições e/ou taxas assistencial, confederativa, para custeio do sistema confederativo, revigoramento ou fortalecimento sindical ou outras da mesma espécie nos salários dos empregados não associados ao sindicato profissional.

ACÓRDÃO: DECIDIU a Primeira Turma do egrégio TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18.^a REGIÃO, unanimemente, conhecer do recurso, e no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto da Desembargadora Relatora.

Participaram do julgamento as Excelentíssimas Desembargadoras Federais do Trabalho, IALBA-LUZA GUIMARÃES DE MELLO (Presidente) e KATHIA MARIA BOMTEMPO DE ALBUQUERQUE e a Excelentíssima Juíza convocada WANDA LÚCIA RAMOS DA SILVA

(nos termos da RA 79/2007). Representando o Ministério Público do Trabalho, o Excelentíssimo Procurador do Trabalho JOSÉ MARCOS DA CUNHA ABREU. Goiânia, 30 de janeiro de 2008 (data de julgamento).